

# Editorial

Um mundo em rápida transformação, como o em que vivemos, exige de todos os profissionais uma constante preocupação com a educação continuada e com a atualização do conhecimento. Foi-se o tempo – se é que ele algum dia existiu – em que um profissional poderia pensar que, diante de uma sólida formação ao iniciar sua carreira, não mais necessitaria atualizar constantemente seus conhecimentos profissionais.

Ciente disso, a *Revista da Ajuris*, vinculada ao Centro de Pesquisas “Judiciário, Justiça e Sociedade”, mantido pela Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS, vem publicando artigos que se enquadrem nas linhas de pesquisa de tal Centro, bem como de seus vários núcleos de estudo, com vista a fornecer a todos os operadores jurídicos artigos de qualidade que contribuam para o aprofundamento da reflexão jurídica ou para a atualização do conhecimento.

Esta edição, a de número 145, correspondente a dezembro de 2018, integra-se nessa história e nessa expectativa. Abrange temas que passam pelo **Direito Público** (“A proteção dos direitos humanos dos refugiados no Brasil e o tortuoso processo de integração local”, de Antônio Walber Muniz, Taís Vasconcelos Cidrão e Érica Nadir Monteiro de Vasconcelos; “Desjudicialização da cobrança de tributos: a aplicação dos meios alternativos de resolução de conflitos no âmbito do processo tributário”, de Cristiano Elias e Priscila Pâmela Ruiz; “Revisitando a proporcionalidade: da análise dos seus possíveis usos à crítica de seu abuso no Direito brasileiro”, de *Mártin Haeblerlin*; “Pragmatismo e universidade: aliança viável?”, de José Renato Nalini; “Desafios à categoria ‘território de identidade’: uma análise da proposta de desenvolvimento instituída pela Lei baiana nº 13.214/2014”, de Sadraque Oliveira Rios; “Controle de convencionalidade: análise da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho e artigo 477-A da CLT”, de Marco Antônio César Villatore, Luiz Eduardo Gunther, Matteo Carbonelli e Marcelo Rodrigues; “Energia renovável: o impacto na Usina de Furnas”, de Sebastien Kiwonghi Bizawu e Cristiana Nepomuceno de Sousa Soares), pelo **Direito Penal** (“Déficits de civilidade e função do direito penal na sociedade de riscos – Algumas propostas do direito penal do inimigo”, de Rogério Gesta Leal; “Articulação e comunicação entre os agentes do Estado: possíveis impactos sobre a impunidade nos crimes de homicídio”, de Taís Schilling Ferraz), pelo **Direito Comparado** (“Insolvência transfronteiriça e o papel da Lei Modelo da Uncitral”, de Jean Carlos Fernandes e Pedro Francisco da Silva Almeida) e pelo **Processo Civil** (“Protesto de certidão de dívida ativa e a tutela provisória no novo CPC”, de Luiz Felipe Silveira Difini). Na seção de **Doutrina**

**estrangeira**, encontram-se três excelentes artigos envolvendo o **Direito Privado** (“Dois exemplos de migração de conceitos e princípios em matéria contratual: do Direito romano ao DCFR (e outros)”, de Aldo Petrucci; “O Código Comercial de Macau e os contributos do direito comparado”, de Augusto Teixeira Garcia; e “O direito consuetudinário moderno”, de Martin Klose).

Como o leitor pode verificar, apesar da diversidade temática, todos os artigos são de permanente atualidade, selecionados por uma ampla gama de competentes revisores, pelo sistema de *double blind review*.

Aos nossos fiéis leitores, desejamos uma proveitosa leitura.

**Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet,**  
Diretor da Revista

**Prof. Dr. Eugênio Facchini Neto,**  
Coordenador do Conselho Editorial